

Judiciário em foco

ANO 2 - NÚMERO 15

AGOSTO - 2008

Informativo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre
www.tjac.jus.br

TRIBUNAL DO JÚRI

Novo procedimento após a Lei 11.689

Páginas 6 e 7



Destaque

**Novo Fórum para Sena Madureira
e nova unidade para os setores de
Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado**

Página 8



Conheça o Judiciário

**Diretoria de Tecnologia da
Informação: a importância da
informatização do Judiciário**

Página 9

A edição deste mês discute as recentes mudanças no rito processual do Tribunal do Júri, em prática desde o dia 09 de agosto deste ano, quando entrou em vigor a Lei 11.689. Sobre o tema, o Judiciário em Foco entrevistou a Corregedora Geral da Justiça do Acre, Desembargadora Eva Evangelista, o Promotor de Justiça Leandro Portela e o Defensor Público Antônio Araújo, que atuam na Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco.

Na seção "Conheça o Judiciário", o leitor conhecerá a Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça, unidade cujo crescimento reflete a importância da informatização do Judiciário.

Esta edição destaca ainda o investimento do TJAC na me-

lhoria da estrutura física das suas unidades, com a execução de importantes obras nas comarcas do interior e da capital do Estado. Exemplo disso é a construção do novo Fórum da Comarca de Sena Madureira e do complexo onde funcionarão os setores de Arquivo (Administrativo e Judicial), Patrimônio e Almoxarifado do Poder Judiciário, localizado no Centro Administrativo de Rio Branco.

No mês de agosto, o TJAC também comemorou a realização de mais uma edição do Casamento Coletivo da Expoacre em Rio Branco e no Vale do Juruá, o lançamento da exposição fotográfica itinerante "Supremo Tribunal Federal em Brasília", no Palácio da Justiça, e a promoção da Semana Acreana da Conciliação, atividade que integrou o calendário anual de comemorações pelos 45 anos de instalação oficial do TJAC e ocorreu simultaneamente em todas as comarcas do Estado.



PARA A DOUTORA MARIA TAPAJÓS SANT'ANA REAL

(em doce memória)

Quis o SENHOR dos destinos
O Eterno Pai Divino
(em Sua onisciência e sabedoria)
Que se cruzassem nossos caminhos
Com naturalidade
Quando por mais de mil dias
Com dedicação e alegria
Trabalhamos juntos
Em prol da menoridade
Para mim foi um privilégio
Conviver neste Egrégio
Com uma Diva, na verdade
Verdadeira dama, humana
Exemplo de integridade
Pois acima da Veneranda
Estava a mulher, cidadã, amiga
Excelência na simplicidade
Juíza, no dever de ofício
Mãe e amiga, quando da necessidade
Sou testemunha ocular
De seu esforço (às vezes sobre humano)
Seu brilho, abnegação, tenacidade
Não tinha dia nem hora, não media esforços
Para servir bem, da melhor maneira
Toda coletividade
Por tudo isso, merece de todos nós
Hoje, e para a eternidade
A honra, a gratidão, o reconhecimento, o afeto terno
Em nome da Justiça e da Verdade
Maria Tapajós SANT'ANA Areal
Um ser humano da melhor qualidade.

Raimundo Nonato da Silva
(Servidor do TJAC, por três anos à disposição do Juizado da Infância e da Juventude, durante a gestão da Dra. Maria Tapajós)

ERRATA

- Na edição anterior do Judiciário em Foco (nº 14, agosto de 2008), na sessão "Memória Fotográfica", consta na legenda da foto, na posição de número 5, a indicação do Deputado Estadual João Thaumaturgo Filho, quando o correto seria Procurador Geral de Justiça João Ramos Torres de Mello Filho.
- Nas edições de maio e junho de 2008 do Judiciário em Foco, na sessão "Judiciário em Números", não constam os dados relativos a Câmara Cível do Tribunal de Justiça (feitos recebidos, julgados, em trâmite e de acórdãos publicados). Neste período, os relatórios estatísticos do órgão estavam sendo revisados pela Secretaria da Câmara e estão publicados na íntegra na edição deste mês.



Judiciário
em foco

EXPEDIENTE

As colaborações e sugestões podem ser enviadas à Assessoria de Comunicação Social do TJAC através do e-mail ascom@tjac.jus.br. Mais informações pelos telefones (68) 3211-5356 e 3211 5357

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO ACRE
Biênio 2007-2009

Presidente
Des.^a Izaura Maia

Vice-Presidente
Des. Pedro Ranzi

Corregedora Geral da Justiça
Des.^a Eva Evangelista

O Judiciário em Foco é uma publicação da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

Assessora-Chefe
de Comunicação Social
Letícia Mamed

Redação e Edição
Angelo Douglas
Antônio Kléber
Letícia Mamed
Nattércia Damasceno

Projeto Gráfico e Diagramação
Angelo Douglas
Fernando Sobrinho
Letícia Mamed
Nattércia Damasceno

Fotos
Acervo da Assessoria de
Comunicação Social do TJAC

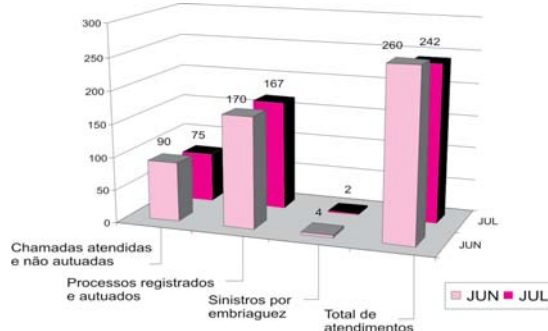
Jornalista responsável:
Antônio Kléber (MTB 12/92)

Impressão: Parque Gráfico do TJAC
Tiragem: 2.000 exemplares
Distribuição: Gratuita
Circulação: Nacional

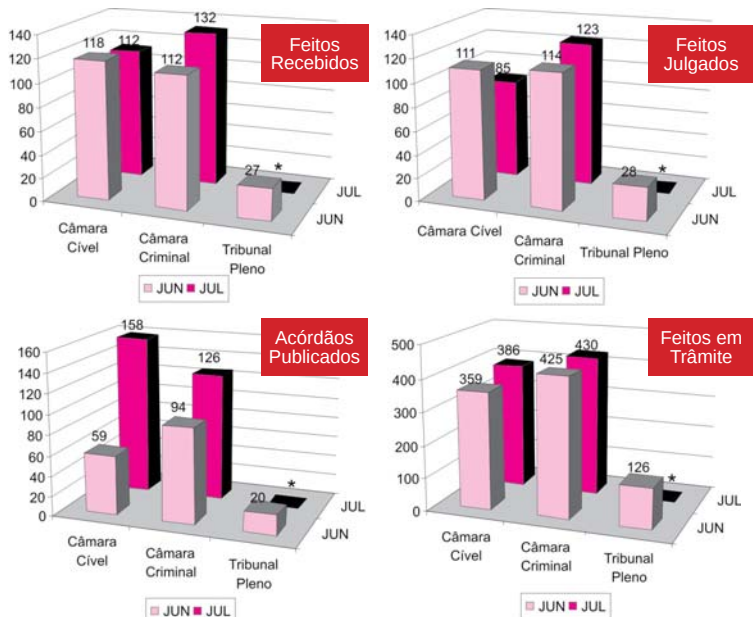
Rua Floriano Peixoto, 456.
69.908-030. Rio Branco-AC.
Tel. (68) 3211-5356 / 3211-5357.
Internet: www.tjac.jus.br
E-mail: ascom@tjac.jus.br



Relatório Estatístico Processual - Juizado de Trânsito Rio Branco - Comparativo Junho e Julho/2008

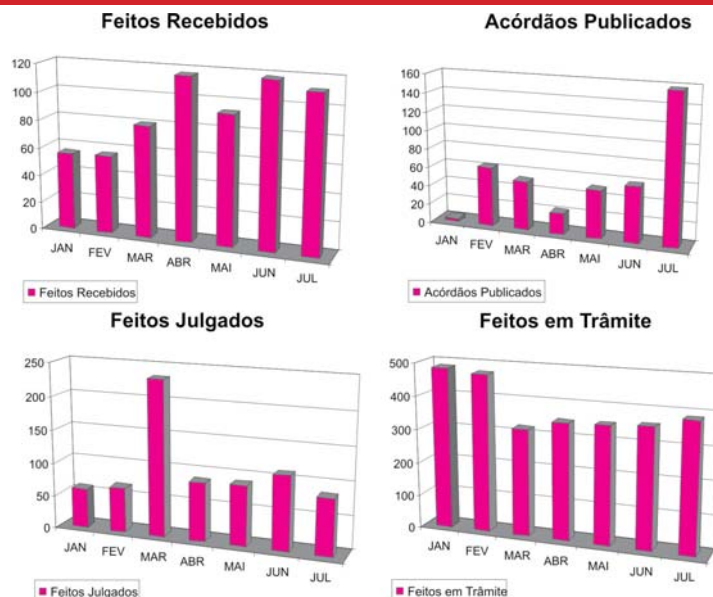


Relatório Estatístico Processual 2ª Instância - Comparativo de Junho e Julho/2008



Fonte: Diretoria Judiciária, Câmara Cível e Câmara Criminal do TJAC.
(*) Os dados estão sendo revisados pela Diretoria Judiciária do TJAC.

Relatório Estatístico Processual Câmara Cível - Comparativo de Janeiro a Julho/2008



Fonte: Câmara Cível do TJAC.

MEMÓRIA FOTOGRÁFICA



1974 - Instalação da Serventia Extrajudicial da Vila Plácido de Castro
Solenidade de instalação da Serventia Extrajudicial (Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais) da Vila Plácido de Castro, ocorrida no ano de 1974. Na ocasião, presentes o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, (1) Desembargador Jorge Araken Faria da Silva, o Secretário de Estado de Segurança Pública, (2) Ciro Facundo de Almeida, acompanhados por servidores do Judiciário, professoras e alunos da escola local e convidados.

TJAC lança exposição sobre o STF

A Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia e o Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal (STF), Alcides Diniz, representando o Ministro Gilmar Mendes, lançaram no dia 04/08, no Palácio da Justiça, a exposição fotográfica itinerante "Supremo Tribunal Federal em Brasília".

Rio Branco é a 15ª capital brasileira a receber a mostra que integra as comemorações alusivas aos 200 anos do Judiciário Independente no Brasil. Da mesma forma, a vinda da exposição ao Acre integra o calendário anual de comemorações pelos 45 anos de instalação oficial do Tribunal de Justiça no Estado, celebrados em 2008.

"A exposição busca despertar no cidadão o sentimento de valorização da Justiça e a consciência sobre a importância do papel que desempenha o Supremo Tribunal Federal na congregação do regime democrático brasileiro", disse Alcides Diniz.

Para prestigiar o lançamento da exposição no Estado do Acre, a Secretária de Documentação do Supremo Tribunal Federal, Janeth Dias, também participou da solenidade.



SERVIÇO

Período:

04/08 a 12/09 de 2008, segunda a sexta-feira, das 09 às 18 horas.

Local:

Palácio da Justiça
Rua Benjamin Constant, 277, Centro.
Rio Branco.AC. 69.908-520.

Informações:

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) - (68) 3211-5357
ascom@tjac.jus.br

TJAC e PF celebram acordo para acesso a dados criminais

■ No dia 13/08, o Tribunal de Justiça e o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, celebraram acordo de cooperação técnica para prevenção e repressão da criminalidade em território nacional.

Assinado pelo Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, e pela Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, o acordo permitirá o acesso do Judiciário ao Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC), controlado pela PF.

De modo rápido, prático e desburocratizado, os juízes das Varas e Juizados Criminais do Estado poderão consultar ou inserir dados de processos, inquéritos e mandados de prisão, além de emitir folhas de antecedentes criminais diretamente do Sistema. Tradicionalmente, essa



O acordo foi assinado durante cerimônia realizada no Palácio Rio Branco

comunicação é feita através de ofícios e o procedimento chega a demorar meses.

"O SINIC é uma ferramenta importante no combate à criminalidade, pois, de modo bastante célere será possível realizar uma consulta nacional de informações

sobre aquelas pessoas que possuem pendências com a Justiça. Isso permitirá o intercâmbio imediato de dados, facilitando o trabalho do Judiciário e trazendo mais segurança jurídica às decisões", frisou a Presidente Izaura Maia.

O Superintendente da PF no Acre, Luiz Cravo Dórea, destacou ainda que "a consulta e a alimentação de dados *on-line* agilizará o andamento processual e proporcionará não só economia de tempo como de recursos financeiros ao poder público".

Casamento Coletivo

Atividade é destaque no calendário anual de eventos do Judiciário Acreano

A cada ano, a edição do Casamento Coletivo da Expoacre em Rio Branco e no Vale do Juruá vem superando a marca das edições anteriores, destacando-se como uma das principais atividades do Projeto Cidadão e do calendário anual de eventos do Judiciário Acreano

■ Casamento Coletivo da Expoacre: mais um recorde de casais inscritos

O TJAC e o Projeto Cidadão realizaram no dia 02/08, no estádio Arena da Floresta, em Rio Branco, mais uma edição do Casamento Coletivo da Expoacre. Neste quinto ano da atividade, realizada desde 2004, mais uma vez, o recorde foi superado, tendo sido realizada a união de 1.302 casais.

O Desembargador Arquilau Melo, Coordenador do Projeto Cidadão, a Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, e o Governador do Estado, Arnóbio Marques, renderam homenagens aos noivos. Todos destacaram a importância daquele momento que valoriza os cidadãos e constitui importante passo na regularização civil dos casais, que em sua maioria já viviam em união



estável, mas sem uma certidão que os amparasse.

Todos os anos, o Casamento Coletivo da Expoacre reúne, em média, cinco mil pessoas, entre noivos, familiares e convidados, que participam ao ar livre de uma cerimônia civil com direito a decoração especial de casamento e apresentação musical, além das novidades que singularizam cada edição.

Neste ano a festa foi animada pelo grupo Jabuti Bumbá e pela cantora Verônica Padrão, acompanhada da banda Pimenta de Cheiro. O Pastor Clévis Mustafa, representando as Igrejas Evangélicas, abençoou os casais. Já em homenagem aos noivos católicos, foi executada a música "Ave Maria".

A cerimônia, conduzida pelo Juiz de Direito Marcelo Badaró, titular da Vara de Registros Públicos de Rio Branco, seguiu todo o ritual de um

casamento convencional, com marcha nupcial, troca de alianças, beijo, chuva de papel picado e balões. Ao final, foi servido o tradicional bolo de casamento e os participantes receberam suas respectivas certidões junto com o convite do casamento, como recordação da festa.

■ Casamento Coletivo também no Vale do Juruá

A Caravana da Cidadania 2008 encerrou suas atividades com a realização do Casamento Coletivo da Expoacre Juruá, no dia 31/08, em Cruzeiro do Sul. A atividade é mais uma ação do Projeto Cidadão e reuniu este ano 328 casais.

Realizada no último dia da Expoacre Juruá, em frente ao palco principal da feira, a cerimônia foi conduzida pela Juíza de Direito Rogéria Epaminondas, titular dos Juizados Especiais Cíveis de Cruzeiro do Sul, que oficializou a união dos casais, muitos deles com muitos anos de convivência juntos e uma grande família constituída.

Assim como na edição do Casamento Coletivo em Rio Branco, a atividade realizada no Juruá contou com decoração especial, marcha nupcial, chuva de papel picado e cenário para fotos, além do convite de casamento, entregue como lembrança da festa aos noivos juntamente com suas certidões.



Pela primeira vez, Casamento Coletivo na Unidade Francisco D'Oliveira Conde

O TJAC e o Projeto Cidadão, em parceria com o Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN-AC), também promoveram no dia 05/08 a primeira versão do Casamento Coletivo na Unidade Prisional Dr. Francisco d'Oliveira Conde, em Rio Branco.

Realizada na Escola Asas da Liberdade, localizada no interior da Unidade, a cerimônia oficializou a união de 21 casais. Conduzida pelo juiz de paz Francisco Tadeu Maia, a celebração contou com a participação de diversas autoridades, dentre elas a Corregedora Geral da Justiça, Desembargadora Eva Evangelista, o Secretário de Estado de Segurança Pública, Antônio Monteiro, e a Diretora-Presidente do IAPEN-AC, Laura Okamura, além de servidores do Instituto e familiares dos noivos.

O pastor evangélico Marcos Lopes e o padre Máximo Lombardi também prestigiaram a cerimônia e abençoaram os casais.



A iniciativa pioneira oficializou a união de 21 casais na Unidade Prisional

Para o coordenador do Projeto Cidadão, Desembargador Arquilau Melo, esta edição do casamento coletivo ganhou sentido especial. "Como juízes, não nos faz bem assinar uma sentença e ordenar o recolhimento de uma pessoa ao presídio. Por isso, a emoção compartilhada nesse momento é bastante positiva e enriquecedora. Es-

peramos que vocês, a partir de agora, possam recomeçar suas vidas, constituir suas famílias e aproveitar novas oportunidades", disse.

A Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, recomendou que os casais fortalecessem a união que oficializavam naquele momento para que a família seja consolidada. "É emocionante ser testemunha do sonho de vocês e torcemos pela nova trajetória que iniciam hoje. Todos podemos errar, alguns mais e outros menos, mas saibam que temos a chance de recomeçar. Felicidades a todos pela nova família", declarou a Presidente.

De acordo com a Direção do IAPEN, a intenção é organizar outras edições do Casamento Coletivo ao longo do ano, tendo em vista sua importância para a regularização civil dos casais e para o processo de reinserção social dos reeducandos.

TRIBUNAL DO JÚRI: as novas regras

A Lei 11.689, que altera o Código de Processo Penal na parte relacionada ao rito dos júris populares, entrou em vigor no dia 9 de agosto deste ano. Para avaliar as principais alterações no rito procedimental do Tribunal do Júri e seus benefícios para a realização da

Justiça, o Judiciário em Foco entrevistou a Corregedora Geral da Justiça do Acre, Desembargadora Eva Evangelista, o Promotor de Justiça Leandro Portela e o Defensor Público Antônio Araújo, que atuam na Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco.



CONHEÇA AS NOVAS REGRAS

COMO ERA	COMO FICOU
☒ O réu era ouvido primeiro, seguido das testemunhas de acusação e de defesa.	☒ Agora serão ouvidas primeiro as testemunhas e, por último, o réu.
☒ A idade mínima para participar como jurado era de 21 anos.	☒ A idade mínima passa a ser de 18 anos.
☒ Eram sorteadas 21 pessoas, para, dessas, 15 serem apresentadas às partes envolvidas no processo que ajudavam a escolher os 7 jurados.	☒ Em vez de 21 pessoas sorteadas inicialmente, serão 25. O restante do trâmite continua igual: 15 pré-selecionados e 7 escolhidos.
☒ Promotoria e defesa poderiam rejeitar a participação do mesmo jurado.	☒ Não poderá mais haver dupla recusa.
☒ No caso de dois ou mais réus, advogados poderiam pedir o desmembramento do processo.	☒ Quando houver dois ou mais réus em um mesmo processo, eles serão julgados juntos.
☒ Todos os jurados votavam, mesmo que o placar já mostrasse uma vitória por maioria simples.	☒ A sentença continua a ser dada por maioria simples dos votos. Mas basta que os quatro primeiros jurados decidam pela absolvição ou condenação. Neste caso, os demais não precisarão votar.
☒ O julgamento era adiado quando o acusado intimado não comparecia à audiência.	☒ Agora julgamento poderá ser realizado sem a presença do réu.
☒ A defesa poderia pedir novo júri caso o réu fosse condenado a 20 anos ou mais.	☒ Mesmo que o réu tenha sido condenado a 20 anos ou mais, a defesa não terá o direito de pedir novo júri.
☒ Promotoria ou defesa podiam exigir a leitura do processo na íntegra.	☒ O juiz poderá se recusar a ler todo o processo, ao qual as partes envolvidas têm acesso.
☒ Jurados apreciavam atenuantes e agravantes do processo. Exemplo: se a vítima teve ou não a chance de se defender.	☒ Atenuantes e agravantes passam a ser apreciados pelo juiz.



Desembargadora

Eva Evangelista de Araújo Souza

Corregedora Geral da Justiça - TJAC

Dentre as principais alterações introduzidas pela nova lei está a concentração dos atos processuais da instrução criminal e do julgamento pelo Tribunal do Júri. Entre outros aspectos, tornou prescindível a presença do réu solto à audiência de instrução e ao julgamento pelo Tribunal do Júri, motivo da suspensão da maioria dos processos criminais em geral. Outro aspecto relevante consiste na adoção do sistema da *cross examination*, autorizando as partes (acusação e defesa) a formularem as perguntas diretamente às testemunhas, sem a intermediação do juiz.

Como pontos positivos destacam-se a simplificação da elaboração dos quesitos e a concentração dos atos processuais com a considerável redução dos prazos para a instrução do processo criminal e o julgamento pelo Tribunal do Júri propriamente dito.

Pessoalmente, não vislumbro pontos negativos. Todavia, alguns questionamentos têm suscitado os advogados acerca da vedação da dupla recusa dos jurados pelos defensores, dantes admitida, atualmente impede a cisão do julgamento por este motivo.

Ao meu pensar, o legislador poderia ter avançado mais e suprimido definitivamente a fase do *indictum accusationis* (sumário de culpa), aproximando o modelo pátrio ao sistema norte-americano.

Tratando-se de lei de cunho processual, a aplicação incide sobre os processos em curso, conforme dispõe o art. 2º, do Código de Processo Penal. Assim, todos os julgamentos de competência do Tribunal do Júri desde o dia 9 de agosto de 2008 já estão sendo realizados sob a égide da nova lei. Este novo procedimento será implementado, por exemplo, no julgamento do denominado "crime da motosserra", a ser realizado pela Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco.

Pelas regras atuais, o adiamento do julgamento ocorre somente em hipóteses excepcionais previstas na lei, destacando que o julgamento não será adiado pelo não comparecimento do acusado solto, do assistente ou do advogado do querelante que tiver sido regularmente intimado. Assim, via de regra, mitigou-se substancialmente a possibilidade de protelar, adiar audiências ou julgamentos, conferindo-se maior celeridade ao rito processual.

De outra parte, há tempos, o protesto por novo júri era alvo de críticas pela doutrina pátria pelo fato de ter seu cabimento fundado unicamente na pena aplicada (igual ou superior a 20 anos). Portanto, em boa hora a eliminação de tal instrumento do ordenamento jurídico, mesmo porque o recurso de apelação já prevê outras hipóteses adequadas para a manifestação do inconformismo contra as decisões tomadas pelo Conselho de Sentença, daí porque injustificável a subsistência do vetusto protesto por novo júri.



Promotor de Justiça

Leandro Portela Richter Steffen

Com atuação na Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco

Como inovações advindas com a Lei 11.689, está a ampliação do número de jurados de 21 para 25, e a impossibilidade de haver cisão dos processos. Antes, quando havia dois réus, sendo que um dos advogados recusava três jurados, poderia haver cisão. Agora é preciso haver no mínimo seis réus para que os advogados façam a recusa.

Importante mudança foi a extirpação do protesto por novo júri. Anteriormente, qualquer réu condenado a pena de 20 anos ou mais tinha automaticamente direito a novo júri, sem necessidade de recurso de apelação. Com a nova lei, para ter novo julgamento, o réu nessas condições deve interpor apelação. Desse modo, sem dúvida vamos diminuir o número de júris repetidos, o que resolve alguns problemas, como a perda de tempo, dinheiro (com todo o aparato da sessão) e o risco de injustiça.

A lei trouxe o benefício da celeridade e diminuiu o tempo de plenário. Agora há uma junção de todos os autos processuais em uma só audiência. A oitiva das vítimas, testemunhas, do Ministério Público, da defesa, posteriormente a oratória do réu e, na mesma audiência, o juiz se

pronuncia. Esses atos demoravam cerca de um ano e hoje nós estamos fazendo em uma única audiência.

É notório que a lei trouxe mudanças positivas, como o artigo que diz ser possível imputar ao réu o pagamento de tratamento psicológico à vítima e aos seus familiares. Porém, do ponto de vista da Promotoria, ela traz mais benefícios ao réu. O interrogatório tornou-se, assim, um meio de defesa, pois o réu presencia todos os depoimentos antes de se manifestar. De acordo com a regra anterior, ele poderia entrar em contradição, mas hoje ele pode ouvir tudo e ainda tem o direito de se recolher com o seu advogado e preparar a defesa.

A lei introduziu várias alterações no processo e pela primeira vez há um artigo que permite, como já indiquei, imputar ao réu o pagamento de tratamento psicológico à vítima e aos seus familiares. No entanto, é preciso reconhecer que uma coisa é o que a lei coloca como possibilidade, outra coisa é a realidade do Brasil que inviabiliza a prática de determinados regramentos. Em se tratando de crimes cometidos por pessoas humildes, elas não terão condições de arcar com esse tratamento, e a lei acabará não sendo devidamente aplicada, até porque o Estado deve invocar responsabilidade sobre a questão.



Defensor Público

Antônio Araújo da Silva

Com atuação na Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco

Com a nova lei, busca-se a celeridade processual com formação da culpa em no máximo 90 dias. Esta é, sem dúvida, a principal inovação, porque as demais foram melhorias daquilo que já se praticava.

Do ponto de vista da Defensoria, vejo como positivo o réu agora falar por último. Pelas novas regras, o réu se manifesta após a oitiva de todas as pessoas que estão arroladas no processo e este novo procedimento já está sendo utilizado nas audiências da Comarca de Rio Branco. Com o réu falando por último, verifica-se o verdadeiro exercício do contraditório e da ampla defesa.

Creio que o objetivo é aprimorar a questão processual. Antes, quando o réu era condenado a uma pena igual ou superior a 20 anos, existia uma alternativa de forma protelatória na busca de uma probabilidade de, no segundo julgamento, a pessoa reverter a situação anterior. O réu ainda continua com o direito a recurso, quando poderá exercer a interposi-

ção do recurso de apelação. Entretanto, foi extinto o protesto por novo júri. Com a vigência da nova lei, os advogados deverão apresentar razões suficientes para que o Tribunal possa analisar e submeter o réu a novo julgamento.

De maneira geral, penso que essa série de modificações trouxe muito mais benefícios que prejuízos. A reforma foi abrangente, reduzindo, inclusive, a idade do jurado de 21 para 18 anos e impedindo também aqueles jurados que já se constituíam profissionais do júri, ou seja, que participavam de um julgamento em um ano e dois anos depois estavam de volta.

Penso que somente com o exercício desses novos procedimentos é que poderemos avaliar a real eficácia das alterações e verificar alguma necessidade de modificação. É preciso trabalhar no sentido de colocar em prática os novos regramentos e identificar seus resultados positivos e negativos. A princípio, acredito que o projeto foi muito bem elaborado e com a projeção de resultados suficientes.

Judiciário se despede da Juíza Maria Tapajós

No dia 19/08 faleceu em Rio Branco a Juíza de Direito Maria Tapajós Sant'Ana Areal. Seu corpo foi velado na Praça do Cidadão do Fórum Barão do Rio Branco, no centro da Capital. Durante todo o dia, autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, familiares, colegas de trabalho e admiradores do seu legado prestaram as últimas homenagens à juíza.

Seu sepultamento ocorreu no dia 20, no Cemitério São João Batista, com salva de tiros e o toque de silêncio executados pela Guarda Fúnebre da Polícia Militar.

Desde 2001 Maria Tapajós vinha se submetendo a tratamento contra o câncer e fundou no Acre a Associação Amigos do Peito, entidade que presta informações e serviços de apoio a pessoas portadoras da doença.

Natural da cidade de Xapuri (AC), Maria Tapajós era casada com Bartolomeu José Areal Neto e mãe de três filhos. Ingressou na magistratura em 1993, quando foi empossada no cargo de Juíza de Direito Substituta. Atuou como Juíza de Direito de Segunda Entrância da Comarca de Xapuri. Em 1996 iniciou suas atividades no Juizado da Infância e da Juventude de Rio Branco e posteriormente foi promovida a Juíza de Direito de Entrância Especial, exercendo titularidade no Juizado da Infância e da Juventude da Capital, onde se destacou e se tornou um ícone na defesa dos menores.



TJAC investe na estrutura física das suas unidades

No segundo semestre de 2008, a Direção do Tribunal de Justiça tem se concentrado na execução de importantes obras, iniciadas nas comarcas do interior e da capital. Ampliar e melhorar a prestação do serviço jurisdicional oferecido à sociedade, este é o objetivo primordial do TJAC ao investir na estrutura física das suas unidades

Novo Fórum para a Comarca de Sena Madureira

No dia 04/08, a Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, assinou a ordem de serviço para construção do novo Fórum da Comarca de Sena Madureira, localizada a 137 Km de distância da Capital, Rio Branco.

O novo Fórum será construído no prazo de 90 dias em terreno doado pela Prefeitura de Sena Madureira, ao lado do Cartório da 3ª Zona Eleitoral do Estado, no centro da cidade. Com 939 m² de área construída, a futura unidade judiciária garantirá ambiente amplo e agradável à comunidade forense e aos jurisdicionados da Comarca.

O prédio contará com salas para o Tribunal do Júri, Varas



Direção do TJAC e convidados comemoraram a assinatura da ordem de serviço que dá início à construção do novo Fórum

Cível e Criminal com amplo cartório e gabinetes para os juízes, Central de Mandados, Administração, Cartórios do Contador e do Distribuidor, além de Sala do

Advogado, Núcleo do Ministério Público, Sala de Armas, Informática, Protocolo, três Salas de Conciliação, além de duas baterias de banheiros masculino e feminino.

Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado ganham novas instalações

Também no mês de agosto, a Presidente Izaura Maia assinou no dia 13 a ordem de serviço para construção do complexo onde funcionarão os seguintes setores: Arquivos Administrativo e Judicial, Patrimônio e Almoxarifado do Poder Judiciário.

O complexo será construído em terreno doado pelo Governo do Estado do Acre. A área é contígua ao terreno onde está sendo erguida a futura sede do TJAC, localizada no Centro Administrativo da cidade de Rio Branco.

A nova unidade terá 3.470,6 m² de área construída e oferecerá ambiente amplo e estruturado para as atividades desenvolvidas pelos setores que engloba.

"Agilidade nas obras e rígida fiscalização". Esta tem sido a constante orientação da De-



A Presidente Izaura Maia (ao centro) anunciou o novo empreendimento em reunião realizada no dia 13/08, quando assinou a ordem de serviço para início da obra

sembargadora Izaura Maia. A execução da obra do complexo tem prazo de 120 dias e o novo espaço deve ser inaugurado em dezembro deste ano.

Durante o anúncio do novo empreendimento, o Vice-Presidente do TJAC, Desembargador

Pedro Ranzi, enalteceu o esforço da Administração em promover condições materiais para que o Judiciário exerça dignamente suas atividades. "Parabéns a todos e que esses investimentos prossigam para levar melhor jurisdição ao povo acreano."

Diretoria de Tecnologia da Informação: a importância da informatização do Judiciário

Há algum tempo, a informatização no Poder Judiciário do Acre era apenas um sonho dos seus administradores, magistrados e servidores. Após anos de investimentos no setor, a automação das atividades judiciárias tornou-se realidade e atualmente o Judiciário tem a possibilidade de simplificar e automatizar rotinas internas, com a melhoria da segurança, elevação da produtividade e redução de custos operacionais.

A partir da conversão dos métodos tradicionais de trabalho aos sistemas computadorizados, a expectativa é prestar um serviço jurisdicional mais célere, eficiente e transparente ao cidadão.

Em 1994, foi criada a Secretaria de Informática do Poder Judiciário, que mais tarde passou à Coordenadoria e hoje atua como Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). No início, o setor funcionava numa pequena sala do Palácio da Justiça, época em que possuía poucos funcionários e apenas um servidor (equipamento que disponibiliza e executa serviços).

Segundo Raimundo José da Costa Rodrigues, servidor da DTI desde 1997, como a estrutura era pequena, o Sistema



A atual equipe da DTI é formada por 47 profissionais com experiência na área de tecnologia

de Automação da Justiça (SAJ), específico para informatização do Judiciário, existia apenas no Fórum Barão do Rio Branco e não havia a possibilidade de consultar processos *on-line*.

Com o passar dos anos, visando suprir as necessidades do Judiciário no Estado, houve a aquisição de máquinas em todas as comarcas e em 2001 praticamente todas as unidades tinham computador instalado e em funcionamento. “Na medida em que começamos a padronizar o serviço e a geração de informações cresceu, tanto os funcionários como os cidadãos passaram a sentir os benefícios disso”, afirma Raimundo Rodrigues.

Paralelamente ao aumento da demanda pelos serviços da área, a equipe de informática mudou-se para o prédio que ocupa atualmente, no centro de

Rio Branco. O novo local, mais amplo e adequado, comporta os 26 computadores-servidores que hoje integram o maquinário da DTI e a equipe de profissionais do setor.

Em 2003, iniciou-se o processo de atualização dos programas informatizados utilizados no Judiciário, especialmente o SAJ. “Naquele momento, o sistema que nós utilizávamos mostrou-se obsoleto e houve a necessidade de oferecer mais qualidade na informação ligada à tecnologia. Assim, foi feito um treinamento com a equipe da informática, que juntamente com a empresa contratada implementou a nova versão do SAJ nas comarcas”.

A DTI hoje é constituída por três seções: suporte técnico e infra-estrutura; sistemas e internet; e segurança da informação. Ao todo, a equipe é formada por 47 profissionais com experiência na área de tecnologia, que desenvolvem atividades de manutenção e desenvolvimento de sistemas, atendendo tanto a Capital, Rio Branco, como o interior do Estado.

Como próxima etapa desse processo de informatização do Judiciário, o TJAC tem como desafio concluir a integração de todas as unidades judiciárias do Estado.

Comarca de Senador Guimard é integrada ao SAJ

■ A Direção do TJAC celebrou no dia 14/08 a implantação do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) na Comarca de Senador Guimard. Para acompanhar o anúncio oficial da novidade, a Presidente Izaura Maia e o Vice-Presidente Pedro Ranzi receberam os juizes Fernando Nóbrega e Luana Campos, atuantes na Comarca.

“Contribuir para o processo de informatização do Judiciário é algo que orgulha muito esta Administração. Paralelamente ao processo de interligação e atualização do SAJ nas comarcas do Estado, no mês de julho lançamos o novo portal do Judiciário na internet, com o importante serviço de consulta jurisprudencial. E hoje, comemoramos mais uma etapa vencida neste processo, com a conclusão da interligação de Senador Guimard ao SAJ-5”, declarou a Presidente.

Com o objetivo de unificar e proporcionar maior interação entre as comarcas do Estado, o projeto de informatização do TJAC para 2008 compreende duas etapas.

Na primeira, as comarcas de Plácido de Castro, Acrelândia, Capixaba, Xapuri, Brasília, Epitaciolândia e Rio Branco, que já estavam interligadas ao SAJ, passaram por processo de atualização do Sistema, por meio da conversão da versão 3 para a 5.

O processo de atualização começou em janeiro deste ano, quando se iniciou a migração dos dados para a nova base. No mês de abril foram realizados os treinamentos das equipes de gestores e multiplicadores, responsáveis pela implantação e acompanhamento da nova versão do Sistema.

A segunda etapa, iniciada neste mês de agosto, consiste na informatização das comarcas de Senador Guimard (já concluída), Bujari, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, que ainda não operam o SAJ.

Pandion: comunicação instantânea agiliza trabalho no Judiciário

Um dos objetivos da DTI é promover a integração entre os servidores e facilitar o fluxo das informações, de modo rápido e prático. Pensando nisso, na rede informatizada do Poder Judiciário é disponibilizado desde 2005 o Pandion, um sistema específico de comunicação interna e instantânea. A ferramenta é de grande utilidade e traz economia de tempo e de gastos. Com um visual semelhante



aos bate-papos famosos da internet, com o Messenger, o Pandion executa diversas funções e é de livre acesso para servidores e magistrados. Nele estão inscritos todos aqueles que possuem acesso à rede do Judiciário, de maneira que servidores da Comarca de Xapuri, por exemplo, podem se comunicar diretamente com servidores da Diretoria Geral do Tribunal com facilidade.

Atividade de Multiplicação da ESMAC discute Processo Civil

Com o tema “VII Jornadas Brasileiras de Processo Civil”, a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) realizou no dia 29/08, mais uma Atividade de Multiplicação.

O evento aconteceu no Plenário do Palácio da Justiça, em Rio Branco, e contou com a presença da Direção do TJAC, magistrados, assessores, oficiais de gabinete e convidados.

O Juiz Leandro Leri Gross, que entre os dias 26 e 30 de maio deste ano representou o TJAC na “VII Jornadas Brasileiras de Direito Processual – Civil e Processual”, na cidade de Florianópolis (SC), fez suas

considerações sobre o encontro e discutiu temas atuais, como arbitragem e sua aplicação; aplicação do artigo 475-J do Código de Processo Civil; condições da ação e sua análise sob a ótica da efetividade da prestação jurisdicional; reforma do processo cautelar; recurso especial e o congestionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

“A multiplicação promovida pela Escola e aberta à comunidade jurídica do Acre é importante porque leva o conhecimento a todos, tendo em vista que são os temas mais discutidos do nosso dia-a-dia”, declarou o facilitador, que é juiz titular da Comarca de Brasília.



O Juiz Leandro Gross foi o facilitador da atividade



Procon/AC apresenta palestra-espetáculo

Ao final da Atividade de Multiplicação, foi apresentada a palestra-espetáculo “Não Consuma o Consumidor”, idealizada pela Diretora do Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon/AC), Francis Mary. Ao retratar situações comuns do dia-a-dia sobre consumo, de forma bem humorada e lúdica, a mensagem da obra é educar e informar o consumidor sobre os seus direitos e deveres.

O espetáculo aborda a relação entre sociedade e consumo consciente, destacan-

do a necessidade de se praticar o consumo de forma sustentável. “Já que os recursos naturais são finitos, há a necessidade de se pensar nas futuras gerações, pois eles também terão o direito de usufruir desses produtos que são gerados por bens naturais”, explicou Francis Mary.

A autora também ressaltou a importância da apresentação da palestra-espetáculo aos magistrados e servidores do Judiciário: “O Procon e a Justiça atuam juntos em prol dos direitos do consumidor. O pri-

meiro defende esses direitos, já o segundo se encarrega de aplicá-los. Por isso nossa parceria e nosso intercâmbio cultural é importante”.

O grupo que encena as diversas situações é constituído por atores e funcionários do próprio órgão e a direção do espetáculo é de Cleberson Monteiro. A palestra-espetáculo é uma ação do projeto “Procon na Comunidade”, que iniciou no mês de agosto um circuito de apresentações que percorrerá escolas, instituições e entidades interessadas.

Semana Acreana da Conciliação

Bom para a Justiça, melhor para você

O Poder Judiciário do Acre realizou durante o período de 12 a 15 de agosto a Semana Acreana da Conciliação, tendo como slogan “Bom para a Justiça, melhor para você”.

O evento, coordenado pela Desembargadora Eva Evangelista, Corregedora Geral da Justiça, integrou o calendário anual de comemorações pelos 45 anos de instalação oficial do TJAC e ocorreu simultaneamente em todas as comarcas do Estado.

Ao viabilizar o tratamento dos conflitos por meio de procedimentos informais e simplificados, o objetivo da Semana foi estimular a construção de uma cultura voltada à pacificação social e à diminuição substancial do tempo de duração das disputas judiciais.

A abertura oficial do evento aconteceu no dia 12/08, no prédio dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Rio Branco. A Direção do TJAC, composta pelos desembargadores Izaura Maia (Presidente), Pedro Ranzi (Vice-Presidente) e Eva Evangelista (Corregedora Geral da Justiça), aproveitaram a oportunidade para celebrar o primeiro ano de instalação dos Juizados Cíveis junto com os servidores e magistrados atuantes na unidade.

• Balanço final

Segundo os dados finais da atividade divulgados pela Corregedoria do TJAC, foram realizadas 1.599 audiências e celebrados 670



De 12 a 15 de agosto, todas as comarcas do Estado participaram do evento em prol da conciliação

acordos, equivalente a um percentual de 42% de conciliações.

A maior parte da movimentação ocorreu na área cível, onde foram realizadas 1.183 audiências e obtidos 415 acordos, com um índice de conciliação em torno de 35%. Na esfera criminal foram promovidas 127 audiências, com a homologação de 87 conciliações, atingindo 68,5% de conciliação.

Um dos destaques da Semana foi a Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Instalada em fevereiro deste ano, a Vara atingiu o percentual de 75% de conciliações. No interior do Estado, o município de Acrelândia obteve o melhor resultado. Das 28 audiências realizadas, 25 celebraram acordo.

Ao longo da Semana, em todo o Estado, a população teve a oportunidade de solucionar diversos problemas do cotidiano. Desentendimento entre vizinhos, negociação de dívidas e si-

tuações curiosas, como a patroa que acusou a empregada de ter roubado colorau de sua cozinha, são alguns dos casos levados à Justiça.

Nos Juizados Especiais Cíveis da Capital, por exemplo, registrou-se durante a Semana grande número de processos contra as agências financiadoras, por cobrança e parcelamento indevidos.

O comparecimento da população nas audiências foi considerado positivo, mesmo assim, o TJAC pretende intensificar o trabalho de divulgação da atividade e cultivar a cultura da conciliação na sociedade. “O grande diferencial da conciliação é a rapidez na resolução dos conflitos e a reconciliação das partes, um processo fundamental para a pacificação social”, argumentou a Desembargadora Izaura Maia, Presidente do TJAC.

A Direção do Tribunal de Justiça comemora os resultados

obtidos e já planeja a realização de outras edições da atividade até final do ano. “Muito além de solucionar processos que se acumulam no Judiciário, a solução dos conflitos e o resgate da paz social são os nossos principais objetivos. Que a cada edição possamos avançar nos nossos índices de conciliação”, concluiu a Desembargadora Eva Evangelista, coordenadora da atividade.

• Mutirão de conciliação

Integrando a programação da Semana Acreana da Conciliação, no dia 13, o Programa Justiça Comunitária Itinerante realizou um mutirão de atendimento na Base da Polícia da Família do Bairro Jorge Lavocat, um dos núcleos de atendimento do Programa.

A atividade contou com a participação de nove agentes comunitários e realizou 40 das 49 audiências de conciliação pautadas. Ao final dos trabalhos, registrou-se o seguinte resultado: 27 acordos; 12 processos encaminhados para o Juizado Especial Móvel (microônibus do Programa); 07 audiências remarcadas, em função do não comparecimento das partes; e 03 encaminhamentos para outros órgãos do poder público.

Durante a atividade, os agentes comunitários atuaram na mediação de conflitos relacionados a pensões alimentícias, dívidas de confecções, brigas entre vizinhos, quebras de acordo, entre outros assuntos.

1º e 2º Juizados Especiais Cíveis são correicionados

■ Dando continuidade ao Calendário de Correição Geral Ordinária nas Comarcas do Estado, na última semana do mês de agosto, a Corregedoria Geral da Justiça realizou correição no 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis de Rio Branco.

Durante os trabalhos, a Corregedora Eva Evangelista explicou a importância do trabalho para melhoria da prestação jurisdicional e agradeceu o empenho dos servidores envolvidos. O 1º e o 2º JCíveis de Rio Branco possuem, respectivamente, segundo dados do mês de maio de 2008, 2.423 e 3.679 processos. E o Juizado de Trânsito, sob responsabilidade do 1º JCível, possui em torno de 420.

Na avaliação de Eva Evangelista, a baixa taxa de congestionamento apresentado pelas unidades é motivo de grande destaque. “Só tenho a parabenizar pelo trabalho realizado e os resultados alcançados”, ressaltou a Desembargadora.



Corregedora Eva Evangelista parabeniza as unidades pela baixa taxa de congestionamento e o bom trabalho desenvolvido

Judiciário em foco

Agosto de 2008

Dia dos Pais

Em comemoração ao Dia dos Pais, a Direção do Tribunal de Justiça realizou na tarde do dia 08/09 um encontro para homenagear os pais magistrados e servidores do Judiciário. A atividade aconteceu no Palácio da Justiça, em Rio Branco, e reuniu cerca de 200 pessoas. Este ano o evento teve como grande novidade o "Bingo do Pai". Durante o coquetel de conagração, os homenageados ainda receberam uma lembrança personalizada, ofertada pela Direção do TJAC.



Caravana da Cidadania 2008

A 4ª Edição da Caravana da Cidadania percorreu no período de 14/08 a 01/09 a BR 364, no trecho Rio Branco/Cruzeiro do Sul, levando diversas ações do poder público ao interior do Acre. A Caravana é realizada por meio da parceria do Tribunal de Justiça, Projeto Cidadão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Governo do Estado. Nesta edição foram atendidas a população do município de Sena Madureira e as comunidades do Seringal Vista Alegre, Rio Gregório e Aldeia Katukina, que receberam serviços básicos, como expedição de Carteira de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho, Registro de Nascimento e Certidão de Casamento, atendimento médico e odontológico, vacinações, orientações sobre escovação, alistamento militar e Bolsa Família, além de atendimentos do INSS, INCRA e MDA. Cerca de 80 pessoas integraram a comitiva de trabalho, que realizou 14.800 atendimentos.



49º ENCOGE

No período de 13 a 15 de agosto, a Corregedora Geral de Justiça do Acre, Desembargadora Eva Evangelista esteve em São Luís (MA) participando do 49º Encontro do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça (ENCOGE). Representantes de todo o país e palestrantes convidados discutiram vários temas relevantes para a magistratura e no encerramento dos debates foi publicada a "Carta de São Luís", documento que enumera as decisões do Encontro.



Grupo de Trabalho

O Desembargador Pedro Ranzi, Vice-Presidente do TJAC, participou no dia 19/08, no Superior Tribunal de Justiça, de reunião de apresentação dos grupos de trabalho criados pela Corregedoria Nacional de Justiça para propor soluções capazes de imprimir maior eficiência aos serviços judiciais e extrajudiciais oferecidos em todo o Brasil. As propostas elaboradas pelos desembargadores subsidiarão a implantação de novos projetos pelo Conselho Nacional de Justiça, órgão que além de cumprir missão disciplinar exerce o papel de planejador das atividades judiciais visando à melhora da prestação jurisdicional.

Rio Branco sediará o 76º Encontro de Presidentes

De 21 a 23 de agosto, a Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, participou do 75º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizado na cidade de Natal (RN). Durante as reuniões de trabalho foi oficialmente anunciado o Estado do Acre como realizador da 76ª Edição do Encontro, agendado para o período de 16 a 18 de outubro deste ano, em Rio Branco. No Acre, o Encontro acontecerá pela segunda vez. No ano de 1996, durante a gestão do Desembargador Jersey Pacheco, Rio Branco sediou o evento no período de 13 a 15 de junho.



Américo de Mello

No dia 26/08, no Palácio da Justiça, ocorreu o lançamento do álbum fotográfico "Encontro da História do Acre-Estado, 46 Anos", de Américo de Mello. O evento contou com a presença do fotógrafo, sua família e amigos, além de admiradores do seu trabalho. O álbum contém uma série de fotos de momentos marcantes da história política do Acre e das instituições públicas do Estado, contemplando ainda o processo de crescimento urbano da Capital. A obra está à venda por R\$ 80,00 na Livraria Cultural (Rua Floriano Peixoto, 739, Centro. Rio Branco-AC. Contato: 68 - 3224-4014).



Informática

No mês de agosto, a Presidente Izaura Maia, juntamente com o Vice-Presidente Pedro Ranzi e a Corregedora Eva Evangelista, entregou 50 kits contendo um notebook e um modem de acesso à internet móvel para os membros da Corte, juízes das comarcas do Estado e Diretoria do TJAC. A aquisição dos kits é fruto da renovação do contrato de serviços com o Banco do Brasil, que possibilitou o investimento em equipamentos modernos para auxiliar no bom desenvolvimento do trabalho jurisdicional e administrativo do Poder Judiciário. "É uma forma de retribuir a coesão e harmonia com que trabalhamos", disse Izaura Maia durante a entrega do material.

